

Sepúlveda, Ramires e Valença: o caminho da África

Sepúlveda, Ramires and Valença: the way to Africa

Regina Zilberman

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo: A ocupação portuguesa da África iniciou-se no século XIV, sendo um de seus objetivos a comercialização de escravos. O contato com a população africana produziu um imaginário próprio, concretizado em obras literárias desde o século XVI. Examinam-se três dessas expressões: a epopeia de Jerônimo Corte Real, *O naufrágio e lastimoso sucesso da perdição de Manuel de Sousa Sepúlveda*, e os romances *A ilustre casa de Ramires*, de Eça de Queirós, e *Equador*, de Manuel Sousa Tavares.

Palavras-chave: Representação da África. Eça de Queirós. Manuel Sousa Tavares.

Abstract: The Portuguese occupation of Africa began in the 14th century, being the slave trade one of its purpose. From this interaction a imaginary of its own was built, that appears in some poetic works since the 16th century. Three of these are examined: Jerônimo Corte Real's epic, *O naufrágio e lastimoso sucesso da perdição de Manuel de Sousa Sepúlveda*, Eça de Queirós' novel *A ilustre casa de Ramires*, and Manuel Sousa Tavares' novel, *Equador*.

Keywords: Africa's representation. Eça de Queirós. Manuel Sousa Tavares.

De Sepúlveda a Ramires

O contorno da África tornou-se o caminho das Índias depois que o trajeto via Constantinopla mostrou-se impraticável para os ocidentais, fato ocorrido em 1453, quando os otomanos tomam a cidade mais importante do império bizantino e elo entre a Europa e a Ásia. Antes disso, porém, a África já se apresentava como objeto do desejo dos portugueses, que, desde D. João I, visavam ocupar o norte daquele continente. A conquista de Ceuta, em 1415, dá a partida de um processo que, entre sucessos e fracassos, se estende até 1578, com a derrota de D. Sebastião em Alcácer Quibir, opondo mouros e cristãos em confrontos em que o projeto imperialista se reveste de conteúdo religioso.

Entre uma data e outra, os portugueses avançam sobre a costa africana ocidental, graças à ação de navegadores patrocinados pelo Estado. Em 1435, Gil Eanes, antes, pois, da submissão de Constantinopla aos muçulmanos, alcança o cabo Bojador. Na segunda metade do século XV, Diogo Gomes toma posse de Cabo Verde em 1456, Diogo Cão chega ao rio Zaire em 1482 e Bartolomeu Dias contorna o Cabo das Tormentas em 1487. O caminho das Índias começa a se viabilizar, mas, ao mesmo tempo, essas expedições tinham intuítos específicos: a exploração do ouro e o comércio de escravos, bastante próspero a essas alturas dos acontecimentos.¹

O tráfico de escravos alimentou a economia portuguesa por muitos séculos. Não se transformou propriamente em tema literário, embora os homens de pele escura chegassem a receber um gentílico específico, que a poesia épica difundiu: foram nomeados “cafres”, identidade étnica pejorativa. É assim que eles são indicados por Luís de Camões em dois segmentos de *Os Lusíadas*, de 1572. No primeiro deles, o sul-africano Adamastor anuncia o triste episódio vivido por Manuel de Sousa Sepúlveda e sua esposa, Leonor de Sá, após o naufrágio do barco comandado por aquele nobre português. Entre outras desgraças a vitimar o casal, informa Adamastor:

1 Martin Page observa ter sido D. Henrique “o primeiro a promover o comércio de escravos oriundos da África Negra” (PAGE, 2008, p. 107); e complementa: “antes da morte do infante D. Henrique, em 1460, cerca de 1000 escravos eram anualmente desembarcados em Lagos, vindo a constituir a maioria da população do Algarve e cerca de dez por cento da de Lisboa.” (p. 118).

Verão morrer com fome os filhos caros,
Em tanto amor gerados e nascidos;
Verão os Cafres, ásperos e avaros,
Tirar à linda dama seus vestidos;
Os cristalinos membros e perclaros
À calma, ao frio, ao ar, verão despídos,
Depois de ter pisada, longamente,
Cos delicados pés a areia ardente.
(CAMÕES, 1956, p. 178-179).

Sepúlveda,
Ramires e
Valença

Chama a atenção a caracterização dos cafres, qualificados de “ásperos e avaros” e capazes de atos indignos, como o de testemunhar a “linda dama” despir-se. Jerônimo Corte Real, que transformou o episódio em assunto do épico *O naufrágio e lastimoso sucesso da perda de Manuel de Sousa Sepúlveda*, de 1588, adensa essas imagens.

O longo poema narra na sua parte final o naufrágio do título e as tentativas do fracassado comandante – uma espécie de Vasco da Gama *raté* – para sobreviver na região onde afundara seu barco (entre os atuais África do Sul e Moçambique), estabelecer contato com seus habitantes e salvar a família. Nenhuma dessas providências dá certo.

As qualificações da população local são todas negativas, como nesta cena, em que o narrador descreve a chegada dos nativos:

Correndo a pressa vem do mato espesso
Cafres, que roubar tem só por officio
Saltam matos daqui, e dali saltam
Com terríveis medonhas e altas gritas.
(CORTE REAL, 1979, p. 849).

Em outra cena, tal como mostrara Camões, Leonor é exposta ao olhar dos inimigos, que não se constringem em contemplar a nudez da moça:

Chegam com denodada fúria os cafres
A desarmada gente que num ponto
Por eles despojada foi de todo
Sem roupa lhes ficar, ou cobertura.
Tal fica Leonor, qual na montanha
Troiana, a Citereia foi julgada

Pelo frígio pastor, e das formosas
Três, o preço levou com razão justa.
(CORTE REAL, 1979, p. 849-850).

O século XVII não foi dos mais generosos com os negros. O jesuíta Antônio Vieira, que procurou proteger os indígenas, não condenou similar atitude quando a prática escravista tinha como alvo o africano. No século XIX, esses conceitos serão repostos, pois o contexto do imperialismo mudara: o foco não era mais o comércio de seres humanos, mas a exploração das matérias-primas do continente.

O século XIX assistiu à emergência e consolidação tanto do estado-nação quanto de novas potências europeias. A Inglaterra, que liderara a Revolução Industrial, modernizara o sistema político, antecipando-se ao projeto democrático que embasou a ação dos revolucionários franceses em 1789, e fortalecera a classe burguesa, mostra-se o país mais poderoso do período, supremacia comprovada sobretudo após a vitória sobre as ambições expansionistas de Napoleão Bonaparte.

Controlada a Europa, a Inglaterra busca novos mercados produtores e consumidores, apresentando-se a África como um de seus horizontes. A ação governamental, ao lado da iniciativa de empresários, como Cecil Rhodes,² ou exploradores, como David Livingstone e Richard Burton, evidencia que nenhum país ou exército pode fazer-lhe frente. Se, de uma parte, partilha o território africano com nações ascendentes como Alemanha e Itália, de outra, procura remover obstáculos representados por ex-potências imperialistas sem condições de resistir à sua autoridade.

Este é o caso de Portugal, que, pouco a pouco despojado do império que chegara a administrar no século XVI, via-se, na segunda metade do século XIX, após a independência brasileira, reduzido aos territórios que ainda ocupava na porção meridional da África.

Um mapa publicado na revista *O Ocidente*, em número lançado em 1º janeiro de 1890, dá conta das possessões portuguesas na África (Figura 1):

2 A respeito da expansão do imperialismo na África e da ação de Cecil Rhodes, ver Arendt (1989).

exigindo a retirada das tropas portuguesas posicionadas no interior da África e comandadas por Serpa Pinto³. A declaração britânica, conhecida como *Ultimato*, provocou a rendição do governo lusitano, a repartição irreversível das supostas posses portuguesas e um sentimento de desalento entre intelectuais e escritores, sintoma da posição secundária da nação no plano internacional europeu e no âmbito específico de um renovado imperialismo em expansão.

O romance *A ilustre casa de Ramires*, de Eça de Queirós, foi publicado dez anos depois desses acontecimentos, tendo sido lançado postumamente. Em 1900, Eça teria completado a obra, mas não pudera vê-la editada, a não ser os capítulos colocados em 1897 na *Revista Moderna*.

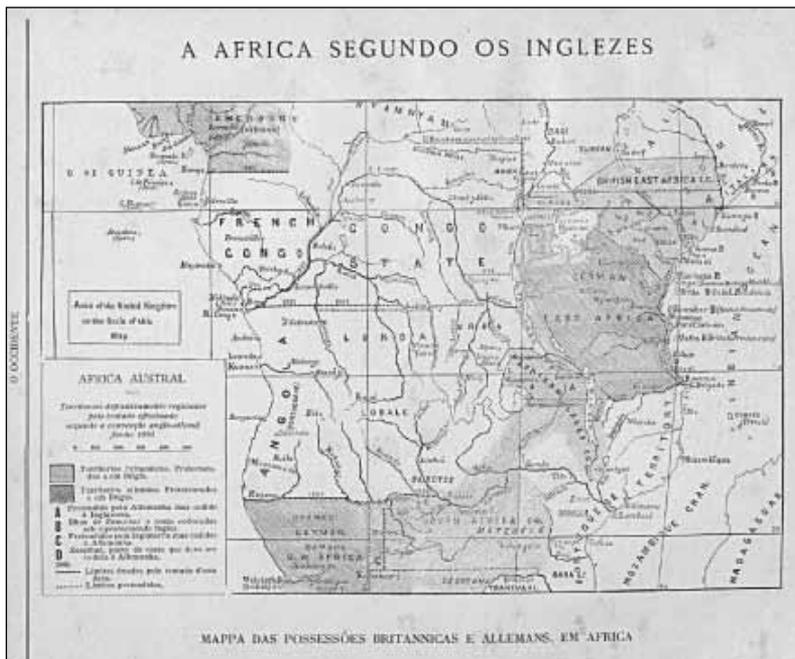
O livro é protagonizado por Gonçalo Mendes Ramires, descendente da nobreza nascida à época de Afonso Henriques, o fundador da nação lusitana, no século XII. De acordo com o modo como a narrativa apresenta, a cada momento decisivo da história do país encontrava-se um Ramires para dar provas de sua bravura e valor.

A esses denodados heróis do passado contrapõe-se o Ramires do presente, nobre falido, com pretensões a escritor e a político. Mas não são esses os caminhos escolhidos pelo último Ramires, visando à redenção de sua estirpe e de si mesmo. Ao final do penúltimo capítulo do romance, ele elege partir para África, onde espera ser bem-sucedido:

Gonçalo Mendes Ramires, silenciosamente, quase misteriosamente, arranjava a concessão dum vasto prazo de Macheque, na Zambézia, hipotecara a sua quinta histórica de Treixedo, e embarcava em começos de junho no paquete Portugal, com o Bento, para a África. (QUEIRÓS, 1997, p. 252).

Não parece ocasional que Ramires escolha como local para sua nova vida região vizinha àquela em litígio com a Inglaterra, que resultara no deprimente Ultimato, como se pode verificar neste mapa, igualmente proveniente da revista *O Ocidente* (Figura 3):

3 <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ultimato_britânico_de_1890>



Sepúlveda,
Ramires e
Valença

33

Figura 3 – África segundo os ingleses, ao final do século XIX

Fonte: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1890/N418/N418_item1/P8.html>

Contudo, Ramires é um vencedor na “África, na vaga África”, onde se dá bem, de que é testemunha “um entusiasmo de fundador de Império” (QUEIRÓS, 1997, p. 253).

Deste sucesso fala a carta de uma das personagens femininas, em que, mesclando observações sobre moda e a aparência neoafricana do herói, comenta estar Ramires, agora de volta a Portugal, “mais bonito, e sobretudo mais homem”, elegante e rico:

Nestes poucos anos plantou dois mil coqueiros. Tem também muito cacau, muita borracha. Galinhas são aos milhares. [...] No prazo já se construiu uma grande casa, próxima do rio, com vinte janelas e pintada de azul. E o primo Gonçalo declara que já não vende o prazo nem por oitenta contos. (QUEIRÓS, 1997, p. 258).

Além disso, Ramires não se aculturou, pois, nas palavras da personagem, “a África nem de leve lhe tostou a pele. Sempre a mesma branquira” (QUEIRÓS, 1997, p. 258). A expressão, mesmo que em registro cômico,

já que o narrador zomba da frivolidade da missivista, retoma a tradição dos confrontos entre o indivíduo europeu/português, de uma parte, e o indivíduo africano, de outra, segundo a qual o primeiro se apropria daquele território, sem se deixar contaminar por ele. Por outro lado, Ramires constrói-se enquanto figura compensatória, já que não experimenta o fracasso, seja de predecessores, como Manuel de Sousa Sepúlveda, seja de seu próprio país, rendido aos interesses coloniais britânicos.

No derradeiro capítulo de *A ilustre casa de Ramires*, o protagonista não apenas se torna o modelo do empresário português bem-sucedido em terras africanas; ele inverte um modelo de insucessos, que poderia abater a moral nacional, mas que correspondia a um fato histórico recentemente experimentado pelo país. Por isso, Eça de Queirós, na página final do livro, permite-se uma última metamorfose: a de Ramires em alegoria de Portugal, mas um Portugal heroico e digno de admiração, conforme traduz o diálogo transcrito a seguir:

Pois eu tenho estudado muito o nosso amigo Gonçalo Mendes. E sabem vocês, sabe o Sr. Padre Soeiro quem ele me lembra?

- Quem?

- Talvez se riam. Mas eu sustento a semelhança. Aquele todo de Gonçalo, a franqueza, a doçura, a bondade, a imensa bondade, que notou o Sr. Padre Soeiro... Os fogachos e entusiasmos, que acabam logo em fumo, e juntamente muita persistência, muito aferro quando se fila à sua ideia... A generosidade, o desleixo, a constante trapalhada nos negócios, e sentimentos de muita honra, uns escrúpulos, quase pueris, não é verdade?... A imaginação que o leva sempre a exagerar até à mentira, e ao mesmo tempo um espírito prático, sempre atento à realidade útil. A viveza, a facilidade em compreender, em apanhar... A esperança constante nalgum milagre, no velho milagre de Ourique, que sanará todas as dificuldades... A vaidade, o gosto de se arrebicar, de luzir, e uma simplicidade tão grande, que dá na rua o braço a um mendigo... Um fundo de melancolia, apesar de tão palrador, tão sociável. A desconfiança terrível de si mesmo, que o acovarda, o encolhe, até que um dia se decide, e aparece um herói, que tudo arrasa... Até aquela antiguidade de raça, aqui pegada à sua velha Torre, há mil anos... Até agora aquele arranque para a África... Assim todo completo, com o bem, com o mal, sabem vocês quem ele me lembra?

- Quem?...

- Portugal. (QUEIRÓS, 1997, p. 263).

Neste Portugal idealizado por Eça de Queirós, aparecem as imagens recorrentes de representação de África, retomando uma tradição e apresentando-se como desafio àqueles que almejem reinventar a questão.

De Gonçalo Mendes Ramires a Luís Bernardo Valença⁴

São Tomé e Príncipe é um dos menores e mais pobres países da África. Formado pelas ilhas que nomeiam a república e mais algumas outras, soma uma superfície de cerca de 1.000 km², habitado por uma população de aproximadamente 160.000 pessoas. Sua posição geográfica é estratégica, já que, localizado no Golfo da Guiné, se situa a 300 km das costas do Gabão, Guiné Equatorial, Camarões e Nigéria; além disso, está praticamente instalado sobre a linha do Equador, que separa os hemisférios Norte e Sul.

As duas ilhas formam parte de uma cadeia de vulcões extintos e são bastante montanhosas, o que sugere dificuldades para uma atividade agrícola extensiva; por sua vez, o país não se industrializou, dependendo da exploração de matérias-primas – o cacau representa 90% da pauta de exportações de São Tomé e Príncipe – destinadas ao comércio com o exterior. O escasso desenvolvimento econômico explica por que a renda *per capita* não alcança quatrocentos dólares, enquanto a inflação oscilou entre 23% em 2008 e 13% em 2010⁵, gerando problemas nas áreas da educação, saúde, transporte, energia e meio-ambiente.

Na história das ilhas encontram-se provavelmente os motivos para a situação experimentada pela República Democrática de São Tomé e Príncipe.

A incorporação das duas ilhas à história do Ocidente começou em 21 de dezembro de 1470, quando dois navegadores portugueses, João de Santarém e Pedro Escobar, aportaram naquele lugar até então despovoado. Cristãos-novos expulsos da Europa pela Inquisição, ocuparam e colonizaram o local, introduzindo o cultivo da cana-de-açúcar, cultura que inicialmente se mostrou próspera, mas que entrou em decadência a partir do século XVIII. Inaugura-se novo ciclo econômico no século XIX, com a produção do cacau; o sucesso do empreendimento colocou as ilhas entre os maiores exportadores desse fruto para a Europa. Para seu cultivo, adotou-se sistema similar ao das *plantations* do Sul dos Estados Unidos e do Nordeste do Brasil, apoiado fortemente

Sepúlveda,
Ramires e
Valença

35

4 Este segmento retoma e desenvolve questões analisadas em “Equador e os hemisférios”, publicado em *O romance português contemporâneo: história, memória e identidade* (ROANI, 2011, p. 307-320).

5 <<http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=tp&v=71&l=pt>>

na grande propriedade rural – as roças – e na exploração do trabalho de escravos negros. A escravatura foi proibida a partir de 1876, mas, ao contrário da América, onde o escravo foi substituído pelo imigrante europeu oriundo da Irlanda (Estados Unidos) ou da Alemanha, Itália e Japão (Brasil), a mão de obra ainda era representada por grandes contingentes de pretos africanos.

São Tomé e Príncipe, alçada a Província Ultramariana em 1951, permaneceu colônia portuguesa até 1975, quando, após quinhentos anos de dominação, conquistou sua autonomia política, elegendo o regime republicano como forma de governo.

Em maio de 2004, quando a República Democrática de São Tomé e Príncipe estava perto de comemorar trinta anos de independência, Miguel Sousa Tavares lançou *Equador*, romance com que estreia na ficção portuguesa. A obra debruça-se sobre eventos transcorridos entre dezembro de 1905 e janeiro de 1908, construindo um arco de cem anos entre o assunto narrado e o nascimento do texto, o que determina, desde seu aparecimento, um compromisso com a História.

Dezessete capítulos e um epílogo constituem o romance, que conta a trajetória de Luís Bernardo Valença, desde o dia em que o rei D. Carlos convida-o para o cargo de governador de São Tomé e Príncipe até o atentado que vitima o monarca.

O enredo desenrola-se de modo preferencialmente linear, abrindo em dezembro de 1905, com a viagem de Valença à Vila Viçosa, residência do rei, local em que este, pessoalmente, faz o convite que muda a vida do rapaz. Jovem, solteiro e rico, herdeiro da Companhia Insular de Navegação, que transportava carga e passageiros de Lisboa à Madeira, às Canárias, aos Açores e Cabo Verde, Luís Bernardo não tinha preocupações econômicas nem sentimentais. Pertencia, porém, à elite intelectual subsequente à geração dos “Vencidos da Vida”, que, no final do século XIX, testemunhara os fracassos políticos de Portugal, entre eles o mencionado Ultimato. Autodesignado “Os Sobreviventes”, o grupo com o qual se identificava Luís Bernardo aspirava à modernização do país, sob a liderança da monarquia. À esquerda, ficavam os republicanos, cuja presença é indicada pela fala de várias personagens, mas cuja voz não se faz ouvir diretamente ao longo do romance.

O narrador resume nas páginas iniciais do livro o pensamento político e econômico de Luís Bernardo, exposto na imprensa lisboeta:

Defendia ele um colonialismo moderno, de matriz mercantil, centrado na exploração efetiva das coisas que Portugal tivesse capacidade para levar a cabo, através de empresas vocacionadas para a atividade em África, geridas com espírito profissional e ‘atitude civilizacional’. (TAVARES, 2004, p. 14).

É em decorrência dessa visão que o rei julga estar Valença apto a governar as duas ilhas situadas sobre a linha do Equador, que passam por situação política constrangedora. Os produtores de São Tomé e Príncipe são acusados, pelo governo inglês, concorrente dos portugueses no que se refere ao cultivo do cacau, de adotar práticas escravocratas em suas roças, importando angolanos para lá trabalhar e impedindo-os de retornar a seu lugar de origem. A Inglaterra, neste começo do século XX, ainda a principal potência imperialista do globo terrestre, sente-se qualificada a exigir de Portugal um esclarecimento. O monarca, por sua vez, sabe que provavelmente os britânicos têm razão; por isso, precisa de um governante esclarecido que imponha, naquele pedaço da África, a “atitude civilizacional” que seus artigos reivindicam enquanto política de Estado.

Os dois capítulos de abertura expõem a situação pessoal de Valença, que inclui a atração por Matilde, jovem senhora da sociedade lisboeta, com quem o protagonista começa, embora sem grande paixão, um *affair* amoroso.

Valença retorna dividido de Vila Viçosa: de um lado, a possibilidade de colocar em prática suas ideias liberais, próprias ao intelectual iluminista da primeira década do século da modernidade e da tecnologia; de outro, o conforto da vida lisboeta, onde não o esperam surpresas nem dissabores. Introduzem-se então acontecimentos que o ajudam a apressar a decisão: Luís Bernardo recebe boa proposta de compra de sua companhia de navegação; e Matilde mostra-se amante pouco confortável, exigente e comprometedora, de que o protagonista precisa livrar-se.

Quando abre o quarto capítulo, Valença já viaja no barco que o conduz a São Tomé, iniciando o percurso africano e retomando, à sua maneira, a trajetória lusíada liderada por Vasco da Gama, o paradigma – direto ou indireto – dos protagonistas das obras aqui examinadas. As razões que o levaram a aceitar o encargo foram menos nobres que a do comandante da expedição de 1498; por sua vez, os resultados mostrar-se-ão menos épicos e mais trágicos, reproduzindo, à sua maneira, o caminho africano de Manuel de Sousa Sepúlveda.

Sepúlveda,
Ramires e
Valença

No capítulo V, Valença chega a Angola, sendo recepcionado pelo governador local, que, de modo realista, dá-lhe a conhecer os problemas de São Tomé: o predomínio da monocultura do cacau, o atraso tecnológico, o despreparo que julga encontrar no conterrâneo que assumirá cargo similar nas ilhas. Luís Bernardo desembarca em São Tomé somente no capítulo VI, recepcionado pelo secretário-geral do governo, Agostinho de Jesus Júnior, que lá reside há muitos anos. É quem lhe apresenta os criados, entre os quais o chefe deles, Sebastião, e com quem prepara o baile de recepção aos dirigentes e à elite local. O baile é matéria do capítulo subsequente, quando o protagonista tem oportunidade de conversar sobre a questão dos negros com os donos das plantações de cacau.

Os próximos passos de Valença dão conta da execução da missão de que o incumbiu o rei. A personagem interpreta quase literalmente a tarefa, visitando os roceiros de São Tomé, para verificar as condições de trabalho dos negros, e procurando fazer com que os proprietários entendam o problema com que se debate o governo português: é preciso saber se os trabalhadores vindos de Angola são livres, o que se choca com o fato de que eles jamais retornam à sua terra natal; é preciso que os plantadores se convençam da necessidade de mudar suas relações de trabalho com os negros, sob pena de a Inglaterra impor o boicote aos produtos vindos de São Tomé, impedindo sua comercialização.

Arma-se uma triangulação de interesses, sem que as partes se entendam, porque cada uma delas tem suas próprias razões. Contratos de trabalho draconianos impedem os pretos de retornar a Angola, mas talvez eles nem desejem voltar, já que, iletrados, e sem maiores habilidades tecnológicas, não encontram emprego fora de São Tomé. Os roceiros não precisam de operários mais qualificados ou mais livres, que aumentariam seus custos e, por decorrência, reduziriam seus lucros. O Governador almeja executar a política portuguesa ultramarina, acatando as determinações do rei e dos ministros da Marinha e Ultramar, mas, para seus governados, parece monitorado pelos ingleses, já que não reage de modo autônomo – e, na aceção dos roceiros, patriótico – às decisões advindas de Londres.

Evidencia-se, ao longo dos capítulos VI e VII, e com mais intensidade nos capítulos VIII e IX, a dificuldade do diálogo entre o Governador e o grupo economicamente dominante de São Tomé, grupo, aliás, que cooptou, ao longo dos anos, vários membros da administração pública. A Luís Bernardo faltam a vivência dos problemas locais e, sobretudo,

jogo de cintura, vale dizer, experiência política para, deparando-se com adversários, não converter a diferença ideológica em confronto aberto. Aos roceiros, falta a visão moderna, que os habilitaria a providenciar alterações no processo de produção, transformando o braço (semi)escravo dos negros em tecnologia capaz de compensar os custos decorrentes do trabalho livre. Firmemente plantados sobre um sistema de produção pré-capitalista, recusam-se a aceitar as mudanças econômicas do capitalismo que igualmente reificam o trabalhador, aceitáveis pelas nações, como a Inglaterra do começo do século XX, que as lideraram e que traduziram seus resultados em preceitos liberais e humanistas.

Ao término do capítulo IX, os dados lançados bastam para conferir arquitetura ao conflito básico da trama. Porém, o romancista não se contenta com eles, introduzindo novos elementos à intriga, que, chegando perto da metade, passa a multiplicar os ângulos de abordagem de seus temas estruturais.

Assim, o capítulo X muda o rumo da narrativa, que se desloca da África para a Ásia, e de São Tomé para a Índia. O périplo de Vasco da Gama completa-se com a entrada em cena de David Lloyd Jameson, o diplomata inglês escalado para verificar, na possessão portuguesa, o recurso a práticas escravocratas nas plantações de cacau. O capítulo soma mais de cinquenta páginas e apresenta certa autonomia em relação à ação principal, embora tenha intenção de justificar por que o jovem, inteligente e promissor representante do governo britânico, acabe aceitando a delicada missão de julgar e emitir parecer sobre o funcionamento laboral das roças lusitanas localizadas nas ilhas do Golfo da Guiné.

Recupera-se então a trajetória de David nas Índias: a chegada do rapaz ambicioso, a serviço de Sua Majestade, o casamento com Ann Rhys-More, nascida na Índia, mas cidadã inglesa, a nomeação para o cargo de governador do rico Estado de Assam e Bengali Nordeste, cobiçado território dominado pela Grã-Bretanha, e o vício do jogo, que o leva a vender, para pagar dívidas contraídas no pano verde, preciosos castiçais de propriedade do governo. Descoberto o roubo, David é sumariamente demitido e ameaçado de expulsão do serviço diplomático, situação que não se concretiza, porque ele consente em dar conta da espinhosa tarefa de fiscal dos direitos humanos na distante e primitiva ilha de São Tomé.

David Lloyd Jameson é o avesso e o direito de Luís Bernardo Valença. Como este, torna-se governador, induzido a uma função que contraria suas naturais aptidões: o inglês é pobre e ambicioso, mas acaba

*Sepúlveda,
Ramires e
Valença*

em um lugar onde sua carreira estaciona; Valença é rico e destituído de grandes aspirações, mas São Tomé e Príncipe desperta seu desejo de acertar e ser responsável por uma ação de que muitos podem se beneficiar. Separa-os, por sua vez, uma condição intransponível, pois o sucesso de um acarretará necessariamente o fracasso do outro. É essa marcha na direção da tragédia que os capítulos seguintes apresentam, evidenciando a sucessão de erros cometidos por Luís Bernardo.

O primeiro deles foi deixar-se envolver pelo casal britânico, de quem fica amigo, por compartilhar com David e Ann gostos, cultura, anelos. A chegada de João Forjaz, colega de Valença, seu parceiro de vida social e cultural em Lisboa, intensifica os laços afetivos entre os três, que compartilham o sentimento de exílio da pátria e de uma existência mais sofisticada e civilizada, diversa das rudes condições oferecidas por São Tomé. Na sequência, Luís Bernardo apaixona-se, e é correspondido, por Ann, com quem vive tórrido romance, bastante distinto da morna aventura com Matilde, na distante capital portuguesa. Completa a avaliação equivocada do protagonista a ideia de que o caso pudesse ser desconhecido pela minúscula e sedenta de escândalos sociedade local.

É no baile em que programa comemorar o primeiro aniversário de sua administração que Valença descobre ser o caso de conhecimento geral. Contudo, os roceiros não deploram propriamente o adultério, mas o que ele representa, a saber, a rendição do governador português aos encantos da inglesa. Encarado como aliado de seus inimigos e concorrentes, além de uma versão atualizada da capitulação portuguesa por ocasião do Ultimato, Luís Bernardo perde por completo a confiança de seus subordinados.

O capítulo XIII, que abre com o projeto do jantar comemorativo e do baile fracassado, encerra com uma cena de tribunal, quando Valença, renunciando temporariamente à condição de governador, assume a posição de advogado de defesa de dois negros acusados “de fuga e desaparecimento do seu local de trabalho, em violação do contrato que com aquela empresa [roça Rio do Ouro] celebraram.” (TAVARES, 2004, p. 352). É certo que alcança uma de suas poucas vitórias, evitando a punição dos réus; contudo, sua atitude, interpretada pelos conterrâneos portugueses como fanfarrona e desrespeitosa, soma mais pontos ao escore de descrédito que ele vem contabilizando. O mesmo ocorre no capítulo XV, quando Valença contorna a crise desencadeada pela revolta de um grupo de trabalhadores negros em Príncipe: o que aos olhos ex-

ternos, europeus, como são os dele, seria considerado um grande feito é deplorado pelos roceiros, que interpretam a ação do governador como a de alguém capaz de desequilibrar a balança utilizada para medir o peso da autoridade nas terras dos plantadores de cacau.

É no capítulo XVI que ocorre o único episódio em que Valença pode celebrar um acerto seu. O príncipe português, Luís Felipe (1887-1908), herdeiro do trono, visita as possessões lusitanas na África e passa algum tempo na região governada por Luís Bernardo, que se empenha para que tudo corra bem, como efetivamente acontece. Porém, tão logo o filho de D. Carlos parte, os problemas retornam na forma de um golpe de Estado: Valença é ameaçado de prisão por adultério, a não ser que renuncie à posição de governador. Sem mais ilusões quanto a seu futuro político, ele pensa em fugir com Ann, até descobrir que a jovem o trai com um terceiro, tanto quanto enganara o marido, David. Acreditando-se sem alternativas, o protagonista opta pelo suicídio, saída que julga a mais honrosa e coerente, considerada sua situação.

Um epílogo dá conta dos fatos imediatamente subsequentes: poucos dias após a morte de Valença, o monarca, D. Carlos, e o filho, Luís Felipe, são assassinados. O regicídio abala a nação, abafando os possíveis efeitos do falecimento do governador de São Tomé e Príncipe. A tragédia maior engole a menor, e mesmo a correspondência enviada por Luís Bernardo antes de se matar é consumida pelo fogo e pelo esquecimento. Encerrada a ação nos primeiros meses de 1908, o narrador resume os fatos históricos posteriores: a ascensão de D. Manuel II (1886-1932) ao trono português, que conserva por 32 meses, até ser derrubado pelo golpe dos republicanos.

Os acontecimentos, que a trama registra, acompanham disciplinadamente a linha do tempo. O autor não propõe malabarismos cronológicos e utiliza o *flashback* em poucas oportunidades, recorrendo a ele quando necessita esclarecer uma dada situação. O recuo temporal mais extenso ocorre no capítulo X, para introduzir a trajetória de David Lloyd Jameson, cujos erros no passado explicam a situação presente, sobretudo o desterro em São Tomé. A partir de então, o relato volta a acompanhar a cronologia e a privilegiar os eventos experimentados por Valença.

Essa estratégia repercute sobre o foco narrativo, que tem as marcas da perspectiva onisciente, já que, sem constrangimento, o narrador está habilitado a adentrar na mente das personagens, se tal eventualidade se fizer necessária. O capítulo II, por exemplo, abre com a narração

Sepúlveda,
Ramires e
Valença

das ações de D. Carlos, desde o acordar até a recepção de Luís Bernardo, que chega à residência real, em Vila Viçosa, a pedido do monarca. Contudo, o narrador omite-se de comentar os movimentos do rei, assim como evita desvelar seus pensamentos íntimos. O mesmo se passa em outros trechos da obra, quando seria de se esperar que se expusessem para o leitor as reflexões, motivações internas ou dilemas das personagens. Todas, porém, são vistas desde o ângulo de Luís Bernardo, este, sim, um ente totalmente entregue ao olhar e ao conhecimento do leitor.

Assim, a onisciência é relativa, restringindo-se ao foco do protagonista e correspondendo ao que se convencionou chamar “visão com” (POUILLON, 1975). A única exceção ocorre, também nesse caso, no capítulo X, para dar conta do mundo interior de David Lloyd Jameson. Ultrapassado o trecho, porém, retorna o narrador à sua posição original, acompanhando Luís Bernardo, e deixando David na sombra.

Ambas as circunstâncias, referentes ao tratamento da cronologia e do foco narrativo, são reveladoras do projeto estrutural da obra. Por decorrência desse processo de construção, o romance acentua a ambiguidade e, ao mesmo tempo, continuidade da composição das principais personagens masculinas – Valença e Jameson – do livro, configurando-os, de um lado, como as duas faces de uma mesma moeda, o que os faz complementares; de outro, como excludentes, já que o êxito de um determina, como se disse, o fracasso de outro.

Não por acaso amam e são enganados pela mesma mulher, Ann; pela mesma razão, suas trajetórias, somadas, reproduzem o trajeto da conquista africana pelos portugueses, pois, como se observou, Valença desloca-se pela costa ocidental da África, enquanto que Jameson alcança as Índias no lado oriental. Miguel Sousa Tavares retoma, por intermédio das figuras ficcionais de seu romance, o capitão da armada portuguesa, Vasco da Gama, para mostrar a derrocada do projeto, a inversão dos valores, o fracasso de proporções épicas⁶. A escolha da Índia para cenário da ascensão e queda de David não é, pois, acidental, já que se trata da província que, originalmente, atraiu a cobiça dos ocidentais, alcançaram-na os portugueses com a frota capitaneada pelo Gama,

6 Outras cenas do romance evocam a epopeia de Camões: Luís Bernardo fora proprietário de uma companhia de navegação, que fazia o trajeto para Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde, caracterizando seu vínculo com a vida marítima e antecipando a grande travessia iniciada após aceitar o cargo de governador; na paradisíaca praia de Micondó, Ann e Luís Bernardo vivem os melhores momentos de sua paixão, à moda da mítica Ilha dos Amores, ocupando a moça a posição de Tétis.

para, a partir do século XVII, quando uma porção do território é cedida à Coroa britânica na qualidade de dote da princesa Catarina de Bragança que desposava Carlos II, perderem-na para os ingleses.

A história das Índias orientais sintetiza e, ao mesmo tempo, simboliza a grandeza e encolhimento do império português. Por isso, David, *alter ego* e espelho de Valença, precisa deslocar-se daquele espaço grandioso para as minúsculas ilhas do Golfo da Guiné, em um processo de miniaturização que confere visibilidade à perda política.

Tomando como ponto de partida um fato histórico, a saber, a pressão internacional, comandada pela Inglaterra, para que Portugal não recorresse a práticas escravocratas nas ilhas de São Tomé e Príncipe, *Equador* revisa a tradição imperialista portuguesa de que falou, inaugurada pelo épico camoniano e levada avante pelo romance de Eça de Queirós. Não é, porém, pretensão da obra desmitificar, desmentir ou parodiar essa tradição, já que o foco narrativo concentra-se na personagem principal, sendo predominante sua visão dos acontecimentos. Colado em Luís Bernardo, o narrador toma seu partido, ainda que deixe claro para o leitor a inadequação entre a personalidade do protagonista e a missão de que é encarregado. Como também não se trata de criticar as ações de Valença ou de diminuí-lo, conclui-se que a personagem assume a conformação desejada pelo romancista, porque seu intuito é discutir o que representa, para a política e para a história portuguesa, uma figura como a dele.

Em primeiro lugar, destaca-se o descompasso entre a formação de Luís Bernardo, incluída aí sua posição de classe, a passagem pela universidade e as ideias que expõe publicamente pela imprensa, e o local que passa a governar. Em São Tomé, almeja reproduzir o modo de vida lisboeta: carregando discos e livros, pretende não se desvincular do ambiente cultural que deixou para trás; solicitando a Sebastião que não o chame de “patrão”, mas, no máximo, de “doutor”, visa diminuir a distância social e étnica que o separa do criado colocado à sua disposição pelo Estado português; convidando Maria Augusta da Trindade para dançar no baile de inauguração de sua administração, ambiciona mostrar à camada dominante que, como homem, não se considera superior à mulher, perspectiva antimachista que exerce igualmente no trato com as empregadas da casa.

Valença só não fracassa no nível doméstico, já que os serventes do Palácio do Governo reconhecem as qualidades do Governador e a autenticidade de seu comportamento, posicionamento sugerido pela maneira como cuidam da saúde do rapaz, quando ele adoece gravemente.

Sepúlveda,
Ramires e
Valença

Sebastião é leal ao patrão, encobrendo suas aventuras amorosas, embora estas tornem-se logo assunto amplamente conhecido pela reduzida sociedade local. Nos demais planos, porém, a personagem malogra inteiramente: não impõe seu ideário político nem impede o relatório que comprova a permanência de práticas escravocratas nas ilhas.

É, pois, o tipo de homem político que Valença representa que está em jogo, destacando-se sobretudo a impossibilidade de materializar seus melhores ideais. Ele é um liberal sincero, que, em nome dos princípios, sacrifica o conforto de viver sem preocupações financeiras na capital do império, em uma época em que a atualização dos meios de comunicação e de transporte faziam a cidade avançar da direção da modernidade e do cosmopolitismo. Em 1905, quando a ação inicia, a literatura portuguesa começava a descobrir o Modernismo, a visão melancólica dos “Vencidos da Vida” era deixada para trás, e os jovens pertencentes às camadas mais elevadas preferiam a vida urbana, afinada às tendências internacionais do gosto e da moda, ao confinamento no campo, de onde procedia uma concepção de mundo retrógrada e anacrônica, a ser rejeitada.

Valença, transportando-se para a África, despede-se desse mundo, porque, como Ramires, acredita ser possível repeti-lo fora de Portugal, desde que exercitadas as ideias que o norteiam. Mas os princípios liberais e a generosidade do comportamento deparam-se com a dureza do ambiente e, sobretudo, com a irremediabilidade da situação. Em um meio em que a exploração da terra se faz de maneira arcaica, as relações sociais reproduzem a primitividade, de modo que apenas a renovação dos meios de produção produziria a alteração esperada por Luís Bernardo. Contudo, dada a formação que o fez um liberal burguês informado e bem-intencionado, ele não tem condições de formular um projeto que ultrapasse a situação que presencia e que lhe cabe solucionar. Comprimido entre os dois limites, sucumbe amorosa, intelectual e politicamente.

Enquanto homem político, Valença está situado entre o conservadorismo mais radical, traduzido pela *ruling class* nas colônias de São Tomé e Príncipe, com extensões na metrópole portuguesa, onde se localizam os bancos, que financiam os roceiros, e os aristocratas que os dirigem, de uma parte, e, de outra, o progressismo revolucionário, que não chega a ter voz no romance, mas que se anuncia como hipótese, dado o malogro da ação da personagem. Enraizado no seu tempo, quando o imperialismo europeu sobre a África não era contestado nem por suas próprias vítimas,

Valença parece representar, de um lado, a alternativa viável ao atraso econômico da Metrópole portuguesa e, de outro, o limite até onde podia avançar o grupo dirigente quando não se comprometia com as forças e a formas de atuação dos segmentos tradicionais, preocupados tão somente com a manutenção de seus privilégios e espaço no poder.

Por intermédio da personagem de Luís Bernardo Valença, o romance expõe e, ao mesmo tempo, condena uma espécie de homem político: o bem-intencionado que não dá certo, de um lado, por não avaliar adequadamente sua própria situação e, de outro, por não conter os apelos dos sentimentos, uma espécie de *homem cordial* (HOLANDA, 1963) à portuguesa. Se, de uma parte, Valença ajusta-se ao paradigma do Quixote, conquistando, assim, a simpatia dos que acompanham de fora sua trajetória, de outra, ele comprova que Cavaleiros da Triste Figura, como ele, não estão preparados para fazer política, carreira mais adequada a seres pragmáticos e, quando não, discípulos de *O príncipe*, de Maquiavel.

Homens políticos como Valença não teriam condições de mudar a fisionomia do Portugal do início do século XX. Em um livro escrito e publicado cem anos depois de iniciados os acontecimentos ficcionais, é de se supor que Miguel Sousa Tavares queira sugerir que eles continuam inadequados para o Portugal de hoje; ou, divisada a questão sob outro lado, o autor talvez deseje mostrar que o Portugal de hoje requer políticos que promovam a transformação do país, não, porém, Valenças em versão século XXI.

Além disso, o escritor deixa claro que o problema colonial continua candente, apresentando-se em termos semelhantes àqueles do início do século XX. Naquele período, a modernização das relações de produção em São Tomé e Príncipe alinharia Portugal às nações progressistas e liberaria o país da submissão a potências como a Inglaterra. Um século depois, 54% da população das duas ilhas africanas, agora independentes, estão abaixo do nível de pobreza, sendo que as perspectivas de desenvolvimento naquele lugar estão sujeitas à ajuda internacional. Conforme a utopia de *Equador*, da parceria com Portugal poderia resultar a dupla autonomia da ex-colônia e da ex-metrópole.

Não por outra razão a ação passa-se em São Tomé e Príncipe, locais onde a política ultramarina esteve perto de promover o avanço na direção da modernização, mas não o fez. Além disso, as duas ilhas situam-se sobre a linha do Equador, e essa posição geográfica é estratégica para o projeto da obra.

Sepúlveda,
Ramires e
Valença

A linha do Equador divide o planeta em dois hemisférios, sendo que, na configuração atual da economia mundial, o Norte representa a riqueza, o progresso, o desenvolvimento, o “Primeiro Mundo”, enquanto que o Sul corresponde ao “Terceiro Mundo”, à pobreza, ao atraso, à dependência econômica e cultural. Embora São Tomé e Príncipe, geograficamente, não pertença a esse ou àquele hemisfério, o país alinha-se com o Sul, em decorrência de seus escores junto às agências internacionais de fomento que avalizam os empréstimos às nações carentes do planeta. *Equador*, pois, alegoriza, por meio de suas duas ilhas, a necessidade de opção por parte de Portugal. A escolha a ser feita coloca-o entre o Norte, a que pertence por razões geográficas, e o Sul, cuja história ajudou a construir. O romance, por meio da trajetória ainda que quixotesca de Valença, parece indicar sua preferência; mas a falência da personagem sugere que a decisão não cabe a uma pessoa, mas ao país na qualidade de um programa nacional.

Enquanto romance comprometido com a história, *Equador* retorna ao passado para se referir ao presente e pensar as alternativas do futuro. Revela, pois, o que esperar de um romance dessa natureza: a história recupera o tempo, oferecendo-o para o leitor de hoje. Lidando com fatos e pessoas distantes há cem anos, mostra-se atual, inquietante e desafiador. Tal como no Portugal de *Os Lusíadas*, ambiciona ver o país na liderança de ideais e de projetos, ainda que sem ilusões ou falsas esperanças.

Referências

ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. São Paulo: Jackson, 1956.

CORTE REAL, Jerônimo. Naufrágio de Sepúlveda. In: **Obras**. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmãos, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Brasília: Ed. da UnB, 1963.

PAGE, Martin. **A primeira aldeia global**. Tradução de Gustavo A. Palma. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2008.

POUILLON, Jean. Os modos de compreensão. In: _____. **O tempo no romance**. São Paulo: Cultrix, 1975.

QUEIRÓS, Eça de. **A ilustre casa de Ramires**. São Paulo: Ática, 1997.

ROANI, Gerson Luiz (Org.). **O romance português contemporâneo: história, memória e identidade**. Viçosa: Arka Editora: Universidade Federal de Viçosa: Programa de Pós-Graduação em Letras, 2011.

TAVARES, Miguel Sousa. **Equador**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

*Sepúlveda,
Ramires e
Valença*

Sites:

47

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1890/N397/N397_item1/P8.html>. Acesso em: 20 nov. 2011.

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1890/N418/N418_item1/P8.html>. Acesso em: 20 nov. 2011.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_Cor-de-Rosa.svg>. Acesso em: 14 jul. 2012.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ultimato_britânico_de_1890>. Acesso em: 13 jul. 2012.

<<http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=tp&v=71&l=pt>>. Acesso em: 14 jul. 2012.